

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. DR. FERNANDO MÁXIMO)

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para incluir os motoristas de aplicativo entre os contemplados pela isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos novos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

*VI – motoristas de transporte privado individual de passageiros em automóveis intermediados por operadoras de aplicativos de transportes.*

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste Projeto de Lei é incluir os motoristas de aplicativo entre os contemplados pela isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos novos, tendo em vista que o benefício fiscal, atualmente, somente contempla os taxistas e as pessoas com deficiência (PCD).

Trata-se de uma medida justa e necessária, por uma questão de respeito ao princípio da isonomia tributária, garantindo, assim, o mesmo tratamento tributário entre pessoas que exercem atividades idênticas, como é o caso dos taxistas e dos motoristas de aplicativo.



Além disso, a medida contribui para a manutenção dos veículos sempre novos, para a segurança e conforto dos usuários de transporte por aplicativo, para a sustentabilidade ambiental e ajuda a indústria automobilística nacional, na medida em que estimula a renovação da frota.

Ante o exposto e tendo em vista a imensa relevância desta medida para os motoristas de aplicativo e para a segurança e conforto dos usuários de transporte por aplicativo, conto com o apoio dos nobres pares nesta Casa para a rápida aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

Deputado DR. FERNANDO MÁXIMO

2024-10635

